

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0279-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.794222405>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).
II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” é uma obra que tem como objetivo principal o debate científico por meio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados às organizações e à economia.

Diversos temas importantes são, deste modo, debatidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo das organizações e da economia. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da sustentabilidade empresarial nas organizações, com ênfase no mercado e suas relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 16 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

Possuir um material que retrate o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabe-se o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidencia-se também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Cavalcante de Sousa

Juliano Vargas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224051>

CAPÍTULO 2..... 16

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

María del Carmen Gómez Camal

Felix Alejandra Luna Medina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224052>

CAPÍTULO 3..... 25

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Domingos Benedetti Rodrigues

Natóia Vatuzi Loose

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224053>

CAPÍTULO 4..... 39

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Marco Vinicio Juño Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224054>

CAPÍTULO 5..... 50

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224055>

CAPÍTULO 6..... 67

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Fabiana Lucena Oliveira

Sonia Araujo Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224056>

CAPÍTULO 7..... 79

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA,

DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Elías Gaona Rivera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224057>

CAPÍTULO 8..... 100

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Aline Silva Fortes Utpadel

Geneci da Silva Ribeiro Rocha

Paloma de Mattos Fagundes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224058>

CAPÍTULO 9..... 117

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Raquel Susana da Costa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224059>

CAPÍTULO 10..... 136

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240510>

CAPÍTULO 11..... 148

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Antônio Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240511>

CAPÍTULO 12..... 157

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240512>

CAPÍTULO 13..... 169

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240513>

CAPÍTULO 14..... 179

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE

TECNOLÓGICA

Raquel Hochmann de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240514>

CAPÍTULO 15..... 192

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Uonis Raasch Pagel

Jaqueline Carolino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240515>

CAPÍTULO 16..... 205

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Camila Álvaro Mussa Napuanha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240516>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

CAPÍTULO 10

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Data de aceite: 02/05/2022

Élcia de Torres Bandeira

Universidade Federal Rural de Pernambuco
-UFRPE, Departamento de História
Recife- Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

RESUMO: Esta pesquisa aborda como o projeto de modernização defendido pelo Estado brasileiro, visando à criação de novos laços de identificação do Brasil com os centros avançados do capitalismo, afetou diretamente o setor sucroalcooleiro em Pernambuco, demandando novas relações sociais de produção como a inversão de capital na modernização tecnológica, a Abolição da Escravatura e a organização de associações específicas para representar usineiros e fornecedores de cana em conflito pelo controle dos mercados açucareiros. Procura enfatizar também as relações estabelecidas com os trabalhadores rurais do setor e o operariado das usinas, demonstrando que o discurso modernizador corresponde também à manutenção de certas práticas tradicionais na agroindústria canavieira como a monocultura, o latifúndio e a exploração da mão-de-obra durante a Primeira República (1889-1930).

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, modernização, agroindústria canavieira.

MODERNIZING DISCOURSE AND SOCIAL CONFLICTS: THE SUGAR SECTOR OF PERNAMBUCO IN THE FIRST REPUBLIC

ABSTRACT: This research approaches how the modernization project advocated by the Brazilian State, aiming at the creation of new ties of identification of Brazil with the advanced centers of capitalism, directly affected the sugar-alcohol sector in Pernambuco, demanding new social relations of production such as the inversion of capital in technological modernization, the Abolition of Slavery and the organization of specific associations to represent sugar producers and suppliers of sugarcane in conflict for the control of sugar markets. It also seeks to emphasize the relations established with the rural workers of the sector and the workers of sugar factories, demonstrating that the modernizing discourse also corresponds to the maintenance of certain traditional practices in the sugarcane agroindustry, such as monoculture, latifundium and the exploration of labor during the First Republic (1889-1930).

KEYWORDS: Discourse, modernization, sugarcane agroindustry.

1 | A INCORPORAÇÃO DO “NOVO”

A transição do século XIX para o século XX foi marcada sobremaneira no Brasil pelas tentativas de assimilação de novos conceitos e formas de expressão do “novo”, do “moderno”, atendendo às solicitações das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais estimuladas pela consolidação do capitalismo nas relações

sociais de produção. A incorporação da roupagem do “novo”, mesmo que por vezes só manifestada nos discursos, aparece nas tentativas de modernização do tradicional setor da agroindústria canavieira em Pernambuco no final do século XIX.

As raízes açucareiras na formação dos laços de identidades regionais estão fortemente arraigadas ao solo físico de Pernambuco e mental dos agentes sociais pernambucanos, especialmente da Zona da Mata, área destinada por excelência à produção açucareira desde o período colonial. A figura da usina está sempre presente no imaginário popular, na elaboração por mais simples que seja dos primeiros elos de ligação dos agentes históricos sediados nos municípios da Zona da Mata de Pernambuco. É através da usina que bem ou mal os trabalhadores locais ficam na expectativa de conquistar uma colocação no quadro restrito da oferta de empregos regional.

Unindo a área agrícola à industrial, a usina substituiu paulatinamente os antigos engenhos e mesmo os engenhos centrais construídos por volta da década de 1870 com subsídios governamentais na tentativa de aumentar a capacidade produtiva das unidades industriais e a qualidade do açúcar brasileiro exportado. Vale salientar as dificuldades encontradas na reprodução do capital açucareiro pelos empresários pernambucanos, principais exportadores de açúcar de cana a nível nacional na Primeira República. Além de o mercado externo estar saturado com a oferta do açúcar de beterraba europeu e do açúcar de cana de outros países produtores como Cuba, refletindo-se na queda de preços do produto, a aparelhagem dos velhos bangüês não atendia à exigente demanda do mercado externo no curso da Revolução Industrial europeia.

O projeto de modernização defendido pelo Estado Imperial como meio de criar novos laços de identificação do Brasil com os centros avançados do capitalismo e integrá-lo à nova conjuntura mundial de fins do século XIX, expressão pragmática da teoria positivista tão em voga na época, incluía medidas que estimulassem inversões de capital no progresso tecnológico das fábricas de açúcar, expoentes, ainda que ultrapassadas, das unidades produtoras da velha estrutura agroexportadora da economia nacional.

Modernizar para sobreviver. Este era o lema do Estado Imperial e dos fabricantes de açúcar de uma maneira geral. Contudo a forma pela qual esta modernização deveria ser efetuada adquiria formas distintas de acordo com o posicionamento assumido pelo Estado ou pela iniciativa privada. O Estado Imperial deu preferência à implantação dos engenhos centrais que ficariam encarregados de executar a moagem da cana dos fornecedores, não possuindo áreas agrícolas de sua propriedade. Isto resultou em um grave conflito entre fornecedores e proprietários dos engenhos centrais devido ao preço pago pela matéria-prima. Este conflito ocasionou a ociosidade de parte da capacidade produtiva dos engenhos centrais graças à irregularidade no fornecimento de cana. Outros problemas de ordem administrativa vieram a se somar a este entrave, dificultando o êxito do empreendimento.

Os proprietários dos antigos bangüês davam preferência ao financiamento direto para que cada empresário pudesse modernizar a aparelhagem dos seus engenhos de forma

a transformá-los em usinas. Estas tinham a vantagem de reunir a etapa agrícola à industrial em uma mesma unidade produtiva, e mais ainda, sob o controle dos antigos proprietários dos bangüês que, desta maneira, preservariam seu *status quo* face às transformações verificadas no trânsito para o século XX.

De 1875 até 1889, ano da Proclamação da República, foram implantadas 16 usinas e 3 meio aparelhos - engenhos bangüês que adotaram maquinaria mais moderna utilizando o vapor, o sistema à vácuo e as turbinas, mas com pequena capacidade produtiva. Só no ano de 1889 foram implantadas 5 das 16 usinas citadas, perfazendo o total de 31,25% no período, o que demonstra que a crise monárquica refletiu-se de forma favorável no crescimento do parque industrial pernambucano. Tal fato ratifica-se quando se constata que na Primeira República, entre 1890 e 1930, foram fundadas mais 70 usinas e 4 meio aparelhos¹. A Proclamação da República facilitou a obtenção de créditos por parte dos empresários pernambucanos que lograram pressionar mais eficazmente o governo estadual após a descentralização político-administrativa. Os governadores de Pernambuco assumiram a tutela da instalação de novas usinas atendendo às antigas reivindicações dos empresários pernambucanos mediante a concessão de empréstimos a juros de 7% ao ano, garantidos pelas hipotecas das terras e fábricas.

O Barão de Lucena no governo de Pernambuco concedeu pela lei de 15 de outubro de 1890 empréstimos de 200 contos em títulos estatais a 7% de juros anuais aos empresários para a instalação de usinas. O seu sucessor José Antônio Correia da Silva aumentou o subsídio para 250 contos e exigiu que as usinas suprissem pelo menos 50% da cana necessária. Mas foi o governo de Alexandre José Barbosa Lima que ficou conhecido pelo número e pelo valor das concessões feitas às unidades industriais:

De 1887 até abril de 1892, todos os antecessores de Barbosa Lima haviam dado apenas 2.190 contos por empréstimos à construção de usinas e Barbosa Lima em 16 meses fazia empréstimos no total de 13.950 contos.²

Os governadores que sucederam a Barbosa Lima suspenderam os empréstimos diretos mas continuaram a beneficiar os usineiros negociando as dívidas que muitos tinham para com o Estado. Esses empréstimos praticamente não foram ressarcidos, transformando-se em verdadeiras doações.

Muitas das usinas fundadas tiveram vida útil efêmera. Algumas foram anexadas às fábricas maiores e mais capitalizadas o que acentuou o processo de concentração fundiária em Pernambuco. Os engenhos vizinhos foram engolidos pela expansão das usinas e os demais foram transformados em fornecedores de cana, modificando a paisagem e o quadro social do setor açucareiro.

Esse processo de modernização resultou da crise enfrentada pelo setor ao longo do

1 ANDRADE, Manuel Correia de, **História das usinas de açúcar de Pernambuco**, Recife, Massangana, 1989, quadros I, II e III.

2 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, **O governo Barbosa Lima e a indústria açucareira de Pernambuco**, Anuário açucareiro, Rio de Janeiro, IAA, 1938, p.353-367.

século XIX e início do século XX.

2 I PERNAMBUCO E A CRISE DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

A necessidade de modernização do setor sucro-alcooleiro no Brasil evidenciou-se a partir da primeira metade do século XIX. Considerando os dados referentes à participação do açúcar e do café nas exportações brasileiras, percebe-se que o açúcar ainda continuava a ser o principal produto na pauta de exportações nas primeiras décadas do século XIX. Na década de 1821/30, o açúcar representava 30,1% das exportações brasileiras enquanto o café alcançava 18,4%. A situação se inverteu na década seguinte, quando o café passou a 43,8% e o açúcar desceu para 24,0%. Este quadro agravou-se ainda mais no final do século XIX. Na década de 1881/90, marcada pela Abolição da Escravatura e pela Proclamação da República, o café alcançou 61,5%, enquanto o açúcar só atingiu 9,9% na pauta de exportações brasileiras³.

Esse processo de inversão de posições nas exportações brasileiras significou a transferência do pólo dinâmico da economia nacional do Norte para o Sul do país onde a cafeicultura prosperava, influenciando progressivamente a mudança da forma de reprodução do capital e das relações de produção locais. Na segunda metade do século XIX, já se pode observar uma nítida defasagem nos ritmos de crescimento das regiões Norte e Sul do país. Enquanto o Sul acelerava o seu processo de modernização, o Norte encontrava sérios entraves na reprodução do seu capital mercantil proveniente basicamente da agroindústria canavieira. Extremamente dependente das flutuações do mercado externo, uma vez que a maior parte do açúcar produzido nas províncias do Norte destinava-se àquele fim, a economia da região sofreu um sensível abalo com a emergência de novas fontes produtoras.

Isto se explica, basicamente, pela perda de mercado e pela queda de preços do açúcar que se constituíram nos principais problemas enfrentados pela indústria canavieira de Pernambuco no século XIX. Os problemas persistiram nas primeiras décadas do século XX. O preço do açúcar no mercado internacional que alcançara o valor de 398\$000 por tonelada em 1900, reduziu-se para 173\$000 no ano seguinte e para 139\$000 em 1902, variando muito nos anos posteriores. No Brasil, a média geral de preços de um saco de 60 kg de açúcar cristal desceu aproximadamente de 17\$332 (média mínima no período de 1898 a 1901) para 12\$000 em 1901. As exportações brasileiras de açúcar, que em 1901 ainda chegaram a 187.166 toneladas, caíram para 136.757 toneladas no ano seguinte, atingindo 7.861 toneladas em 1904, o menor total exportado naquela década⁴.

3 EISENBERG, Peter L., Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910), Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 31.

4 Ver Anuário açucareiro - 1935, Rio de Janeiro, Edição de Brasil açucareiro, p.235 e CARLI, Gileno de. O açúcar na formação econômica do Brasil, Rio de Janeiro, IAA, 1937, p.28.

3 | A DISPUTA PELO MERCADO INTERNO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES REGIONAIS

As limitações impostas à venda do açúcar brasileiro no mercado externo deslocaram a comercialização da maior parte da produção para o mercado interno em expansão, espaço que poderia ser garantido por medidas protecionistas por parte do governo federal e dos próprios fabricantes. Estes últimos procuraram, através de organizações da categoria, estabilizar os preços no mercado interno, criando cartéis como a Coligação Açucareira de Pernambuco, criada a partir das discussões pertinentes à Conferência Açucareira do Recife de 1905. Esta coligação funcionou como cartel apoiado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura, pela União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco e pela Sociedade Nacional de Agricultura, seguindo os parâmetros assumidos pelo capitalismo mundial a partir das últimas décadas do século XIX e foi ampliada com a adesão dos estados de Alagoas, da Bahia, de Sergipe e de São Paulo transformando-se na Coligação Açucareira do Brasil.

Tais associações tiveram curta duração. A Coligação Açucareira só funcionou nas safras de 1906 a 1908. Além de alguns estados não cumprirem suas cotas de exportação, os bangüezeiros de Pernambuco provocaram o desequilíbrio do mercado interno, colocando à venda grandes lotes de açúcar bruto a preço abaixo da tabela estabelecida. Desta maneira, acumularam-se os estoques nas mãos dos especuladores, fazendo declinar as cotações internas do produto.

O mercado interno tornara-se mais atrativo para a colocação do açúcar brasileiro, estando menos sujeito às oscilações conjunturais dos preços. Em 1901, 60% da produção nacional do açúcar ainda eram exportadas, mas em 1904, apenas 4% do total produzido foram dirigidos para o mercado internacional⁵.

O período que vai de 1901 a 1920 foi assinalado pelas tentativas de organização de cartéis e convênios açucareiros. Geralmente se lançava mão do sistema de *warrantagem*, criando-se uma associação de fabricantes que adquiria cotas mediante certa quantia em dinheiro para financiar a estocagem do produto na safra e sua colocação no mercado no período de entressafra, estratégia usada pela Cooperativa Açucareira de Pernambuco S. A. fundada em 1928.

A disputa pelo mercado interno acirrou as divergências regionais entre o Estado e os produtores gerando novas concepções de identidade regional. O Norte transformou-se no Nordeste, região escanteada do cenário político nacional pelo próprio ritmo diferenciado de acumulação de capital em relação ao Sudeste do país, não apenas em relação à reprodução do capital cafeeiro, mas também do capital açucareiro nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que, além de estarem melhor aparelhados para o fabrico do açúcar, contavam com um mercado consumidor mais amplo e de maior poder aquisitivo.

5 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Capital e propriedade fundiária e suas articulações na economia açucareira de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.51.

O discurso regionalista vai sendo forjado no bojo das transformações econômicas e sociais da Primeira República, aparecendo nitidamente nos pronunciamentos dos empresários pernambucanos e adquirindo conotações mais profundas no movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre na década de 1920. Em 1878, no Congresso Agrícola do Recife, os empresários pernambucanos já clamavam contra a prioridade dada aos estados sulistas no rateio de verbas federais. “Lá na corte, todas as deferências; aqui, em Pernambuco, atiram-nos benefícios como se atiram ao chão rações a cães famintos e que há tempos ladram.”⁶

O embate regional adquiriu novos contornos com o aparecimento de grandes firmas comerciais no Sudeste na década de 1920, chamadas de “açambarcadores sulistas” pelos usineiros pernambucanos. Os usineiros proprietários do Diário da Manhã denunciavam, quanto à atuação da Cooperativa Açucareira de Pernambuco S. A., criada em 1928, que ela:

Representava a vida da principal classe produtora do estado, que se quer escravizar novamente aos Araújo Franco, aos Magalhães, aos Albuquerque, aos Matarazzos, à nata dos vampiros do trabalho nacional.⁷

O discurso regionalista serviu para fortalecer o projeto de organização dos segmentos sociais do setor açucareiro através de sindicatos e associações como o Centro dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, fundado em 1918, cuja razão social foi alterada para agregar os bangüezeiros ao corpo de associados em 1928. Este fato originou-se dos embates entre os usineiros, mais capitalizados, e os fornecedores e bangüezeiros que ainda sobreviveram a duras penas com seus engenhos tradicionais no jogo da livre concorrência.

No final da década de 1920, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), fundada em 1872 e constituída basicamente por proprietários de engenho e de usinas de maior porte e por setores aliados ao comércio e às finanças da Praça do Recife, havia se esvaziado, não conseguindo mais exercer o papel para o qual havia sido criada na defesa da lavoura pernambucana. O processo de industrialização do setor açucareiro e a fragmentação social que a ele estava atrelada fomentaram o surgimento de interesses distintos no interior da associação, levando os fornecedores de cana a fundarem um órgão de classe específico em 1918. Uma década depois, os usineiros seguiram o mesmo caminho.

A Cooperativa Açucareira, criada em 1928, como medida de emergência para diminuir os males da crise, também reunira em seu interior frações diversas como usineiros, fornecedores de cana, bangüezeiros e políticos empenhados no controle da circulação do

⁶ EISENBERG, Peter L., Op. cit., p.160.

⁷ Diário da Manhã, A safra do açúcar e os especuladores do sul, Recife, 04 de novembro de 1928, p. 3 e Que pensa sobre a situação atual do comércio açucareiro de PE ?, Recife, 09 de novembro de 1928, p.1, apud BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p. 113.

açúcar. No entanto os conflitos que emergiram ao longo do período de funcionamento da Cooperativa conscientizaram os usineiros da carência de uma entidade de classe específica para lutar pelo atendimento de suas reivindicações. Por este motivo, um grupo controlado por grandes e médios usineiros do estado fundou a **Associação dos Usineiros Fabricantes de Açúcar de Pernambuco** em 1928, primeira associação específica da categoria, porém a entidade foi dissolvida em janeiro de 1931, não sendo possível identificar os fatores que levaram a sua extinção devido à escassez de fontes sobre o assunto. Entretanto as evidências fazem crer que as dissidências internas tenham influenciado à dissolução da sociedade. Corroborar para esta suposição o fato de que poucos meses depois, ainda em 1931, um grupo de usineiros, composto em sua quase totalidade por empresários de grande e de médio porte, criou outra associação de classe: a **Sociedade dos Usineiros de Pernambuco** com a finalidade de defender seus interesses, fomentar o progresso tecnológico e solicitar financiamento dos poderes públicos, transformada em sindicato em 1932⁸.

Decorrência direta da divisão do trabalho e da concentração de capital na atividade açucareira, os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana tornaram-se um dos principais fatores que levaram os governos federal e estadual a assumirem uma nova postura face aos problemas da agroindústria canavieira no Brasil, especialmente em Pernambuco - maior produtor nacional até o início da década de 1930, quando estes conflitos chegaram a ameaçar a própria reprodução do capital açucareiro.

A crise de 1929 agravou ainda mais os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana. Os usineiros repassavam para os fornecedores os riscos da produção agrícola e o ônus das variações nas cotações do açúcar, na medida em que o pagamento da cana sofria o mesmo percentual de redução que se verificava na venda do açúcar.

Nas palavras de Gileno Dé Carli “uma verdadeira noite de agonia se alastrou pelos canaviais”. O preço da cana não cobria os custos de produção dos lavradores refletindo a acentuada queda de preço do açúcar na virada da década. A miséria atingiu os trabalhadores rurais, pois os salários baixaram a níveis insustentáveis e o desemprego aumentou sensivelmente. O preço médio de um saco de açúcar cristal de 60 kg chegou a 20\$560 no período de outubro de 1929 a março de 1930, recebendo o fornecedor independente a importância líquida de 10\$115 por tonelada de cana, quando o custo agrícola por tonelada produzida atingiu 18\$000. Para o fornecedor rendeiro a situação era ainda pior: receberia 8\$092 por tonelada de cana, perdendo 9\$908 e 10\$918 por tonelada caso pagasse respectivamente 20% ou 30% de renda⁹.

Após a Revolução de 1930, a situação agravou-se a tal ponto de gerar caravanas de protesto dos fornecedores, queima de canaviais, destruição de vias férreas com o intuito

8 BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p.122.

9 CARLI, Gileno de, O processo histórico da usina em Pernambuco, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942, p. 50.

de pressionar usineiros e Estado a solucionarem os conflitos. O Estado assumiu o caráter corporativista tanto na esfera federal, com a posse de Vargas, como na estadual, com a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti que procurou mediar os conflitos e escamotear as lutas de classe.

Diante da crise de superprodução e da queda de preços, as valorizações artificiais propostas pelos órgãos de classe não surtiram mais efeito, demandando uma intervenção planejada no setor sucro-alcooleiro, concretizada com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933.

Com relação aos conflitos internos da classe, o IAA não os eliminou: apenas estabeleceu certos limites que impediam a ruptura da ordem social vigente, que o acirramento desses conflitos poderia provocar. A mediação do governo federal retardou o processo de concentração de capital na agroindústria canavieira de Pernambuco sem, no entanto, bloqueá-lo. As pequenas usinas foram paulatinamente incorporadas pelas grandes e os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana persistem ainda atualmente.

A iniciativa privada perdera a exclusividade do controle da atividade produtiva, instrumento da sua dominação, passando a reparti-lo com o Estado, que determinava cotas de produção para cada unidade industrial depois da criação do IAA. O Estado brasileiro incorporou as diretrizes mestras do capitalismo mundial, amenizando a força seletiva da livre concorrência ao assumir o papel de mediador-interventor, planejando as formas de intervenção não apenas no setor da circulação como também no da produção de mercadorias.

Só posteriormente se tornou patente a extensão da nova política e o preço que o Nordeste teve que pagar por ela. Protegendo com subsídios governamentais a agroindústria canavieira da região, o IAA preservou as velhas estruturas de reprodução do capital e os altos custos de produção, o que resultou no estabelecimento da divisão regional do trabalho na atividade açucareira e no reforço à submissão econômica do Nordeste ao Sudeste do país. Estados como São Paulo e Rio de Janeiro puderam acelerar seu processo de concentração e acumulação de capital graças aos preços fixados pelo IAA, que tinham por base os elevados custos de produção do Nordeste. Desta forma, Pernambuco perdeu sua posição de destaque como maior produtor nacional de açúcar, consolidando antigos temores dos grandes e médios usineiros do estado.

4 | DISCURSO MODERNIZADOR E PRÁTICA ARCAICA

O discurso modernizador do setor açucareiro foi amplamente utilizado para angariar o favorecimento do poder público nos diversos congressos e conferências açucareiras realizadas entre 1901 e 1911.

Adotar o “novo”, o “moderno”, não era uma mera questão retórica; era, antes, uma necessidade premente para não se ver alijado na engrenagem capitalista da repartição

do bolo do mercado consumidor. Assim sendo, realizaram o 1º. Congresso Nacional de Agricultura em 1901 no Rio de Janeiro, e o segundo congresso em 1908 também no Rio de Janeiro, além das conferências açucareiras realizadas na Bahia em 1902, no Recife em 1905, no Rio de Janeiro em 1908, e em Campos em 1911.

Analisando o programa dos debates dos congressos e conferências, percebe-se a continuidade dos temas que aos poucos traçam e reforçam o perfil da política defendida pelos empresários para o setor açucareiro. As necessidades essenciais de aperfeiçoamento tecnológico, obtenção de crédito e de organização empresarial aparecem linearmente em todos os encontros, denotando os principais aspectos geradores das crises periódicas que afligiam o setor e as soluções abraçadas pelos segmentos sociais a ele vinculados.

Nesse contexto, destacaram-se os projetos relativos à introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos na lavoura da cana e na indústria açucareira. Aconselhava-se à lavoura a seleção de variedades de cana mais resistentes e de sementes para o plantio, a adubação e a irrigação dos canaviais, a criação de escolas agrônomicas experimentais para estudar e ensinar os melhores métodos de cultivo e a utilização de arados e de instrumentos modernos para o trato do solo. No setor industrial, apontavam para a necessidade de adoção de turbinas, moendas de pressão pluralizadas, laboratórios, aparelhos sacarimétricos, balanças automáticas no intuito de serem transformados os bangüês em usinas.

Já na primeira década do século, aconselhavam também a utilização de parte da matéria-prima na fabricação de outros derivados como o álcool e do excesso de açúcar nas fábricas de doces, visando à valorização dos preços do açúcar no mercado interno.

Verificou-se, ao longo da Primeira República, que o processo de industrialização, defendido no discurso empresarial, foi progressivamente consolidando a posição privilegiada dos usineiros frente aos senhores de engenho impossibilitados de modernizarem suas fábricas, evidenciando a fragmentação da classe em relação direta com o processo de capitalização empresarial.

A modernização do setor sucro-alcooleiro na passagem dos velhos bangüês para a usina provocara a fragmentação da classe em usineiros de grande, médio e pequeno porte, fornecedores de cana e bangüezeiros. Estas frações apesar de estarem unidas quando se tratava da luta contra os trabalhadores, estavam, por vezes, separadas no que concernia aos seus interesses específicos como classe dominante; ainda assim, lograram perpetuar a exploração da classe trabalhadora, a qual também se fragmentou na passagem do século XIX para o século XX. Além dos trabalhadores de cana, surgiram os operários do açúcar dependentes das grandes fábricas - as usinas.

Porém é necessário considerar que a transição de mão-de-obra escrava para livre em Pernambuco não significou a passagem imediata para o trabalho assalariado de forma hegemônica. As relações não capitalistas de produção no campo, onde se encontravam moradores ou agregados entre outros, perduram por longo tempo e alguns de seus

indicadores podiam ser verificados na existência dos barracões e do pagamento em vales em diversas propriedades do interior do estado.

Os moradores viviam nas terras dos proprietários de engenhos sem nenhum direito a elas e nelas cultivavam culturas de subsistência, dependendo sempre da proteção dos senhores de engenho. Inicialmente quase não tinham maior significação para a atividade produtiva dos engenhos, até que teve início o processo gradual da Abolição da Escravatura, quando foram obrigados a trabalhar alguns dias de graça na cultura da cana nos engenhos em troca do uso da terra. Segundo Maria de Nazareth B. Wanderley, “a remuneração em salário era reservada aos trabalhadores temporários, grande parte dos rurais era recrutada fora da zona canavieira”¹⁰. Paulatinamente, os moradores foram sendo integrados de forma mais efetiva ao processo produtivo a partir da Abolição da Escravatura: parte do trabalho realizado era pago em dinheiro e parte da remuneração consistia na utilização de uma parcela da terra para suas culturas alimentares. Contudo a preservação da agricultura extensiva como meio de aumentar a produção de cana vai diminuindo a área dos sítios de subsistência, incrementando a miséria e a fome do trabalhador rural.

Com a expansão usineira, as terras vizinhas foram sendo incorporadas, os velhos engenhos anexados e os moradores expulsos, transformando-se em mão-de-obra de reserva. Os lavradores rendeiros são expulsos e os senhores de engenho, na sua grande maioria, são transformados em fornecedores de cana. Aos poucos, as relações assalariadas de produção atingem o campo. Na Primeira República, no setor fabril trabalham os operários do açúcar, mão-de-obra assalariada; no campo, os moradores que ainda resistem ou os rendeiros, plantadores de cana que arrendam a terra das usinas e a elas fornecem a matéria-prima que produzem, deduzindo-se o pagamento do aluguel da terra.

No caso dos moradores, o ônus das oscilações de preço recai com maior gravidade sobre eles, uma vez que são ampliados os dias de trabalho gratuito e reduzidos os salários quando os preços caem, diminuindo assim para o proprietário os custos da produção e ampliando a exploração sobre o trabalhador.

Vale salientar que o trabalho da cana é sazonal, provocando o desemprego de milhares de trabalhadores no período da entressafra. Esta abundância de mão-de-obra e a reduzida oferta de empregos refletem-se nos baixos salários pagos e nas tensões sociais agravadas pela manutenção do latifúndio e da monocultura.

Em uma pesquisa realizada no Centro Josué de Castro entre 1992 e 1993, coordenada pela socióloga Tereza Cristina Wanderley Correia de Araújo, constatou-se que em 92,28% do solo da Zona da Mata de Pernambuco cultivava-se cana-de-açúcar apesar dos fornecedores de cana alegarem que este percentual fora reduzido para 81,42%, o que não altera o quadro geral. Outro dado constatado nesta pesquisa foi que a cultura da cana envolvia cerca de 240.000 trabalhadores no período da safra, dos quais 25% são crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos. Passada a safra, o contingente de trabalhadores diminuía

¹⁰ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Op. cit., p.37.

em mais de 50%¹¹.

O fato de um grande percentual de trabalhadores ser constituído por crianças e adolescentes ratifica a inexistência de oferta alternativa de empregos para os jovens que são forçados a seguirem os passos de seus pais por não terem outras oportunidades na vida desde a infância. O Estado tem assumido uma postura paternalista no período da entressafra, criando obras de emergência para amenizar o problema social, mas ainda não foi encontrada uma solução.

Na Primeira República, a inexistência de uma legislação trabalhista permitiu a exploração desmedida do trabalhador que sempre constituiu uma arma na barganha do empresariado do setor face ao Estado, como se pode constatar no memorial enviado pelo Centro dos Fornecedores e Plantadores de Cana de Pernambuco ao Presidente do Estado de Pernambuco em 18/11/1930:

Duas são as questões que, no momento, ferem a nossa sensibilidade: uma de interesse geral, como seja a obtenção de melhores preços para o açúcar produzido nesta fase anormal resultante da revolução e a outra peculiar aos fornecedores de cana, como seja a tabela de pagamento. A primeira não afeta somente os interesses dos usineiros e fornecedores, como também, a prosperidade do erário público, baseada no imposto ad-valorem sobre o açúcar, e a própria vida do operário rural, merecedor do mesmo carinho fraternal dispensado pelo governo aos operários das nossas empresas.

A segunda de ação mais limitada embora, não deixa também de atingir a classe operária. De que modo, poderemos, nós, fornecedores concorrer para melhorar a vida do operário se não nos é lícito esperar os altos preços de outras eras e se temos as nossas canas pagas com a mais flagrante injustiça? De que modo, se já não podemos sequer educar os nossos filhos e se estamos em risco de perder as nossas propriedades, batendo-nos na porta a mais lamentável miséria?¹²

No entanto cabe observar que, ao longo de toda a pesquisa realizada em vários jornais do estado de Pernambuco no período de 1926 a 1933, não foi encontrada qualquer referência à classe trabalhadora. Era como se através da elipse forçada nos meios de comunicação se quisesse desvalorizar ainda mais o papel de fundamental importância desempenhado pelos trabalhadores do açúcar, quer no campo, quer no setor industrial. Só lhes garantiam espaço para respaldar reivindicações do interesse do empresariado.

Quanto aos laços de identidade regional, bem analisou Celso Furtado referindo-se aos trabalhadores das plantações de cana do Nordeste:

Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um Município ou um Distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma "propriedade", razão pela qual a

11 ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), Trabalhadores invisíveis, Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

12 Diário da Manhã. Centro dos Fornecedores de Cana, Recife, 19/11/1930, p. 07, apud BANDEIRA, Élcia de Torres. Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p. 175.

vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada¹³.

Realmente a figura do usineiro na Zona da Mata de Pernambuco assume o principal papel de formador dos frágeis laços de identidade nas áreas rurais. O clientelismo, as práticas assistencialistas paternalistas, a falta de outras opções de emprego alienam o trabalhador da sua verdadeira identidade como agente histórico transformador.

Percebe-se, então, que a incorporação do “novo”, do “moderno” apesar de ter produzido algumas mudanças nas relações de produção e no progresso das forças produtivas teve maior repercussão no discurso liberal do que na prática, que continuou arcaica quanto à preservação de alguns elementos chaves da produção e da exploração que se reproduzem nos dias de hoje: o latifúndio, a monocultura e a desvalorização do trabalhador como instrumentos de dominação. Os laços de identidade tornam-se difusos diante da força pragmática da realidade opressiva das usinas sobre os operários e trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de, **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife, Massangana, 1989.

ANUÁRIO AÇUCAREIRO – 1935. Rio de Janeiro, Edição de Brasil açucareiro.

ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), **Trabalhadores invisíveis**. Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

BANDEIRA, Élcia de Torres, **Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira**. Orientador: Marc Jay Hoffnagel. Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989.

CARLI, Gileno de. **O açúcar na formação econômica do Brasil**, Rio de Janeiro, IAA, 1937.

_____. **O processo histórico da usina em Pernambuco**, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942.

EISENBERG, Peter L., **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FURTADO, Celso, **Dialética do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, O governo Barbosa Lima e a indústria açucareira de Pernambuco, **Anuário açucareiro**, Rio de Janeiro, IAA, 1938.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, **Capital e propriedade fundiária e suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

¹³ FURTADO, Celso, *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p.141.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroindústria canvieira 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 147

Análise Swot 100, 103, 109

Auditoria ambiental 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38

C

Comércio internacional 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131

Crédito 18, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 144, 154, 164, 183, 207

D

Desemprego 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 71, 142, 145, 153, 213

Desenvolvimento sustentável 25, 26, 27, 36, 37, 52, 53, 54, 55, 62, 65, 66, 117, 120, 129, 131, 161, 183, 192

Digital 118, 126, 128, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190

E

Economia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 101, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 137, 139, 140, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 196, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Economia circular 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 120, 122, 124, 131, 132, 134

Economia do trabalho 1, 2, 13, 14

Educação 25, 56, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 150, 153, 158, 163, 177, 178, 210, 211, 212, 213, 215

Endividamento 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218

Esclavidud de negros y repartimiento de indios 79

Escola Pós-Keynesiana 1

Espírito Santo 192, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203

F

Financiamento 70, 76, 137, 142, 153, 160, 179, 180, 184, 189, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 218

Formas de trabajo 79, 80, 88, 98

Frecheirinha-Ceará 169

G

Gestão empresarial 25

I

Indicações geográficas 192, 195, 198, 203, 204

K

Keynes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

M

Marketing 71, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 152, 194

Mercado de trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 184

Microcrédito 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49

Mix de marketing 100, 112

Moda íntima 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177

Modelo 8, 11, 37, 41, 42, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 102, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 130, 148, 149, 159, 176, 185, 186, 189, 190

Modernização 114, 136, 137, 138, 139, 144, 147, 161, 172

N

Necessidade 9, 13, 27, 28, 35, 53, 59, 60, 61, 62, 102, 104, 109, 111, 114, 120, 125, 127, 139, 143, 144, 148, 149, 155, 161, 165, 167, 186, 192, 202, 205, 209, 217, 218

Novos territórios 169, 176

P

Pequeñas empresas 24, 39

PNAPO 157, 158, 167

Política pública de agroecologia 157

Pós-pandemia 50, 51, 60, 62, 64

Profissional 25, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 185

Propriedade industrial 192, 193, 194, 195, 203, 204

R

Região Nordeste 197

S

Sindicato 142, 149, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Sociedade tecnológica 179, 181, 183, 184

Sustentabilidade empresarial 50, 51, 61

Sustentabilidade sindical 179, 183, 186

T

Terceiro setor 157, 158, 159, 160, 166, 168

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

